

ATA DA OITIVA DO SETOR AUDIOVISUAL

Data: 22 de junho de 2025

Local: Casarão da Inovação Cassina

Horário: 16h

Presenças Registradas: Aihhuam, André Cavalcante, Carlos Kokama, Davi Veiga, Isabelly Rohama, Marcellem Kuma, Matheus Clementino, Michelle Andrews, Nayara Serrão, Roberto Fernandes, Pâmela Noire, Saleyna Borges, Wendy Lady.

Mediadora: Dominique Jaci

Relatora: Monik Ramos

Abertura e Objetivo da Oitiva

A conselheira Dominique Jaci, iniciou a escuta se apresentando e agradecendo a participação dos presentes, reforçando a importância do debate coletivo e da construção conjunta entre os diversos agentes do audiovisual presentes. Em seguida, mencionou os pontos a serem debatidos: Fomento ações e editais; Divisão de cotas; Itens de avaliação; Divulgação das Parcerias, Prestação de contas e Análise do último Edital.

A conselheira salientou que este é apenas o primeiro momento de escuta e que outros encontros devem ser realizados para abarcar vozes que não puderam estar presentes em virtude de diversas demandas. A necessidade de um processo contínuo de consulta ao setor foi amplamente apoiada.

Após os primeiros esclarecimentos, abriu-se as inscrições para as manifestações:

1. FOMENTO E EDITAIS

- Dominique alertou que a verba para produção é a mais cobiçada, defendendo o equilíbrio com ações de formação.
- Cleinaldo e Michelle sugeriram alinhamento entre Estado e Município: o Estado focaria em formação, enquanto o Município priorizaria a produção.
- Propôs-se o fortalecimento de políticas estruturantes: Sistema Municipal de Cultura, Lei de Incentivo à Cultura e programas permanentes para o audiovisual.
- Matheus Clementino sugeriu que os editais contemplem as novas mídias (IA, jogos eletrônicos).

- Michelle Andrews propôs a inclusão de ações voltadas ao mercado cultural, como festivais, rodadas de negócios, pitchings e apoio a cineclubes.
- Sugeriu-se ampliar o escopo dos editais para contemplar a distribuição, exibição e circulação.
- Michelle apontou a fragilidade dos projetos inscritos, muitas vezes escritos às pressas. Defendeu estímulo ao desenvolvimento prévio dos projetos.
- Dominique informou que há chamamento público para seleção das bancas avaliadoras.
- Reforçou a importância da divulgação dos nomes e perfis técnicos dos avaliadores, mesmo sob anonimato, e da devolutiva qualificada aos projetos não contemplados.

2. DIVISÃO DE COTAS E AÇÕES AFIRMATIVAS

- Dominique ressaltou que o cinema segue como linguagem prioritária, mas é preciso abrir espaço a outras formas de audiovisual.
- A discussão sobre ações afirmativas deve sair do "se" para o "como", garantindo justiça, legalidade e diversidade.
- Roberto Fernandes sugeriu que os dados de autodeclaração e portfólios sejam enviados apenas no pré-cadastro e verificados por equipe técnica, não pelas bancas artísticas.
- Michelle alertou sobre declarações indevidas, destacando a responsabilidade no uso das ações afirmativas.
- Ressaltou-se a complexidade da autodeclaração étnico-racial no Amazonas, principalmente o uso do termo “pardo”.
- Propostas:
 - Instâncias técnicas para avaliação afirmativa.
 - Discussões aprofundadas sobre identidade indígena urbana.

- Categorização sensível e inclusiva para afro-indígenas, indígenas urbanos e pessoas em retomada identitária.

3. ITENS DE AVALIAÇÃO

- Sugestão de bancas com repertório técnico compatível com cada linguagem.
- Carlos Kokama defendeu que os pareceres sejam devolvidos com fundamentação clara e linguagem acessível.
- Isabelly Rohama apontou que os critérios atuais de avaliação não contemplam de forma adequada a criação de jogos digitais e sugeriu a formulação de critérios específicos para essa linguagem, com a participação da comunidade desenvolvedora. Destacou, ainda, que, nos jogos digitais, a acessibilidade — enquanto item de avaliação — é, em muitos casos, incorporada à própria estrutura do produto, por meio de recursos embutidos na linguagem do jogo ou comandos específicos voltados a diferentes tipos de deficiência, aspecto frequentemente negligenciado pelos avaliadores.
- Sugestão de incluir etapas intermediárias para correção de documentos.
- Michelle citou modelo de Belém, com prazo de até cinco dias para regularização de documentos.
- Carlos Kokama questionou os critérios de seleção de avaliadores: “Quem os avalia?” e “O que define o mérito de ser avaliador?”
- Dominique propôs a criação de uma banca de autoavaliação como alternativa ou complemento ao processo avaliativo tradicional.
- André Pereira questionou o destino dos dados inseridos nas plataformas.
- Dominique afirmou que o Prosas é uma das plataformas mais seguras e que o Concultura está desenvolvendo sistema próprio com foco em segurança da informação.

4. DIVULGAÇÃO DAS PARCERIAS E PRESTAÇÃO DE CONTAS

- Foi destacada a importância de formações técnicas para gestores e avaliadores, citando a experiência da SPCine e a Rede Afirmativa.
- Proposta de realização de ciclos formativos prévios aos editais.
- Debate sobre a importância da transparência na prestação de contas e dos fluxos regulares e acessíveis.
- Sugestão de instâncias técnicas responsáveis pela avaliação de critérios afirmativos e análise de documentos, evitando sobrecarga das bancas artístico-técnicas.

5. ANÁLISE DO ÚLTIMO EDITAL

- Participantes relataram:
 - Prazos exíguos para inscrição.
 - Falta de confiança nas instituições.
 - Sentimento de abandono da classe artística local.
- Críticas à ausência de instância técnica de verificação de autodeclarações e à falta de planejamento.
- Dominique reforçou que há seleção pública das bancas.
- Janaína, diretora do Concultura, esclareceu que não houve conselheiros avaliando seus próprios projetos, e que vazamentos geraram interpretações equivocadas.
- Foi reafirmado o compromisso com a ética e a atuação com base em deliberações formais.

6. ENCAMINHAMENTOS FINAIS

1. Realizar novas escutas setoriais com participação ampliada.
2. Ampliar os eixos dos editais, incluindo distribuição, exibição, circulação e mercado.

3. Fortalecer a articulação entre Estado e Município, com políticas complementares.
4. Implementar o Sistema Municipal de Cultura e a Lei de Incentivo.
5. Rever a distribuição orçamentária entre formação e produção.
6. Estabelecer critérios claros e devolutivos qualificadas nos processos de avaliação.
7. Incentivar o desenvolvimento prévio dos projetos.
8. Qualificar bancas e instâncias avaliadoras, com diversidade técnica e sensibilidade cultural.

7. ENCERRAMENTO

Nos minutos finais, Dominique convidou os presentes a registrarem suas sugestões em vídeo e reforçou que as contribuições seriam sistematizadas e levadas ao Conselho. Uma fotografia do grupo foi feita para marcar o encerramento da escuta.

Nada mais havendo a tratar, às 18h foi encerrada a oitiva.